

Família Gusmão: do colégio jesuíta às idéias ilustradas do século XVIII.

Vanessa da Silva Albuquerque

O trabalho propõe apresentar um aspecto da pesquisa intitulada: *“Família Gusmão: do colégio jesuíta às idéias ilustradas do século XVIII”* que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação da UERJ. Esta investigação aborda as questões das redes de sociabilidades que se formaram dentro e fora da Família Gusmão. Os homens deste círculo familiar tiveram seus estudos iniciados no colégio jesuítico da Bahia e os concluíram na Europa, onde puderam ter contatos com os mais altos círculos da sociedade e da coroa portuguesa. Alexandre de Gusmão, diplomata e secretário particular do rei D. João V foi membro da Academia Real de História Portuguesa e a relação dele com esta instituição é o objeto de estudo deste trabalho.

A Academia Real de História Portuguesa e Alexandre de Gusmão.

A pedido do Cardeal Richelieu, Luis XIII criou em 1635 a Academia Francesa, tal instituição tinha como objetivo substituir o Círculo de Conrat, que realizava reuniões particulares entre amigos, por uma organização em que o Estado pudesse ter o controle da ordem e a propagação de seus ideais. Esta Academia tinha como objetivo *“... estabelecer ordem e regularidade na língua, estabelecer o laço comum de uma norma de linguagem que contribuirá a desenvolver a consciência da pátria... criando um corpo Richelieu põe o poder das Letras a serviço do Estado”*.¹

Seguindo o exemplo francês, em 8 de dezembro de 1720, D. João V criou a Academia Real de História Portuguesa, que teve um papel importante para a propagação da leitura, da escrita, da arte da ilustração dos livros e da arte tipográfica exercida neste período, em sua grande maioria por estrangeiros.

“A Academia Real da História Portuguesa congregou, os bons fluidos ...

Os estudos históricos desenvolveram-se bem, alguns deles de crítica

modesta, mas outros de largo valor documental... Outra vantagem ganha foi da arte de ilustrar o livro, com vinhetas e estampas aberta a buril, e assim a gravura em metal, com a vinda de estrangeiros, que a desenvolveram cá, adquiriu grande brilho”.²

Luis Chaves demonstra acima a importância desenvolvida por esta instituição, para a arte de ilustrar, não deixando em segundo plano as contribuições historiográficas desenvolvidas por seus membros. Mas, críticas em relação à produção textual desta Academia, aparecem diversas vezes em trabalhos desenvolvidos sobre este tema. No entanto, neste artigo centralizarei apenas nos motivos que levaram a sua criação, as questões referentes ao espaço de sociabilidade gerado por seus integrantes e a contribuição deixada por Alexandre de Gusmão em seus escritos.

Lúcia Bastos e Guilherme Pereira das Neves dizem que: *“a recepção das Luzes em Portugal e seus domínios adquiriu uma tonalidade própria, de acordo com as características peculiares daquela sociedade...”*³ Assim, a Academia Real de História Portuguesa, mesmo tendo sua criação inspirada na Academia Francesa, defendia os ideais de consolidação do Estado Português governado por D. João V.

A Academia Real era o local de reunião dos intelectuais, nela eles discutiam e liam suas obras, na maioria das vezes poesias, e sobretudo, era o lugar responsável para a consolidação das redes de sociabilidades, sempre muito presente nesses círculos sociais. Esta instituição cedia aos seus membros o capital simbólico necessário para o reconhecimento perante seus pares e a sociedade.

Para o rei este espaço também estava destinado a firmar o poder absoluto. Portanto, a criação da Academia Real foi um importante passo para centralização do poder real, visto que esta instituição era antes de tudo política e estava configurada em um momento que Portugal ainda não tivera se consolidado como um Estado forte.

Antonio Manuel de Espanha ao estudar o século XVII em Portugal se refere sobre o conceito de Estado e soberania, mostrando que estes não se diferem muito do significado da primeira metade do século XVIII. Chama atenção para o fato de que a política global

deste momento está intimamente ligada aos pequenos grupos e instituições que detinham o poder do Estado, junto ao rei.

A Academia Real de História foi um exemplo de como um governo centralizado dependia das instituições para sua consolidação. Sua criação fez com que Lisboa deixasse de ser unicamente a capital do poder régio e se transformasse também em uma capital cultural. Se antes vivia às margens em Coimbra, onde seus velhos professores lutavam por suas velhas causas, a Academia Real da História Portuguesa veio para transformar Lisboa em um centro da intelectualidade:

“A centralização política que D. João V tentava fazer na primeira metade do século XVIII, acompanhou-se portanto duma centralização cultural, onde a solidez da rede acadêmica e o mecenato régio, sobretudo com a Academia Real da História Portuguesa, vão a par com uma migração dos homens de talento para a capital.”⁴

Esta centralização cultural realizada por D. João V favoreceu a ida dos intelectuais ilustrados para Lisboa, lugar onde a cultura passou a estar lado a lado com a política. Tal fato não significou o esquecimento da religião, pois, esta esteve sempre presente nas obras produzidas pela Academia. Muitos de seus membros eram clérigos, pois mesmo não sendo uma instituição religiosa, um dos principais objetivos de sua criação era o de escrever a História da Religião em Portugal⁵, Íris Kantor ao se referir sobre a presença eclesiástica na Academia, diz que:

“D. João V punha, assim, sob sua tutela o programa oficial de construção coletiva da história nacional, propiciando a integração e a socialização das elites dirigentes leigas e eclesiásticas, ao mesmo tempo que estimulava a transferência de informações e competências da esfera eclesiástica para esfera secular.”⁶

A Academia originava opiniões adversas sobre seu funcionamento, pois muitos achavam que ela existia unicamente para afirmação do rei e da Igreja. Mas foi no interior da Academia Real da História Portuguesa as primeiras manifestações de *espaço público*, onde

o pensamento privado tornou-se notório através da razão, Isabel Ferreira da Motta afirma essa hipótese ao dizer que:

“No interior da Academia e no que diz respeito ao confronto de opiniões e ao exercício da crítica, estabeleceu-se uma igualdade entre os indivíduos. As práticas acadêmicas negaram deste modo os fundamentos da ordem tradicional e fizeram nascer um primeiro espaço público onde as pessoas privadas fizeram um uso público da sua razão”⁷

Sendo a Academia não só um centro cultural, mas também, um centro político, ao estudá-la é possível encontrar duas espécies de historiadores, que podem ser denominados como *“historiadores amadores”⁸* e *“historiadores profissionais”⁹*. Esta primeira categoria se utilizava da autoridade concedida pela História para sua emergência em outros campos sociais, como o da política. *“Estes autores apropriam-se do prestígio da História mas sem fazer dela o elemento principal de um estatuto social”¹⁰*

Já os historiadores que podemos chamar de “profissionais”, tinham na História a base fundamental de suas carreiras, dentro da concepção da época. Estavam encarregados de escrever a História eclesiástica, militar e civil do país, princípios fundamentais desde a criação da Academia Real da História Portuguesa, que tinha como lema *Restituet Omnia* (Restituir inteiramente). Tais historiadores viam esta instituição como etapa fundamental para galgarem o reconhecimento social e político. Manoel Telles da Sylva (Marquês de Alegrete) indaga sobre a importância da Academia Real e sobre a necessidade de nela haver profissionais intimamente ligados à propagação dos méritos históricos portugueses ao dizer que:

“Se qualquer História he testemunha do tempo, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, e mensageira da antiguidade, que será da História de Portugal? Será testemunha do merecimento, luz da erudição, vida do entendimento, mestra da heroicidade, mensageira da glória imortal?”¹¹

Com esta passagem percebe-se a preocupação que o Marquês de Alegrete tinha em relação a credibilidade da História de Portugal desenvolvida pela Academia. Assim como ele, o conde de Ericeira, os marqueses de Abrantes, de Fronteira, de Valença, D. António Caetano de Sousa, Diogo Barbosa Machado, Alexandre Ferreira, Jerónimo Contador Argote, Raphael Bluteau, Padre António dos Reis, entre outros, foram importantes figuras que contribuíram para o desenvolvimento desta instituição.

Membro da Academia, Alexandre de Gusmão, por muitos anos serviu a D. João V como seu secretário particular e sempre esteve ligado às letras. Desde seus primeiros contatos ainda na colônia, no Colégio Jesuíta da Bahia, onde teve como seu primeiro mestre seu padrinho o Padre Alexandre de Gusmão.

Alexandre de Gusmão, foi um importante diplomata de seu tempo, esteve continuamente ligado aos assuntos do Estado Português, embora estivesse sempre muito envolvido com a vida política, ele jamais perdera o gosto pelas obras literárias, históricas e religiosas. Ainda jovem foi para Portugal terminar seus estudos em Coimbra e logo que se tornou bacharel em Direito foi enviado à Paris para sua primeira missão como membro do governo Joanino. Em 1714 desempenhou o papel de secretário do Conde da Ribeira, um importante embaixador de Portugal em Paris naquela época. Lá ficou por quatro anos, foi um período em que ele se dedicou fortemente aos estudos e teve contato com as primeiras idéias ilustradas.

Embora, sendo membro da Academia Real de História Portuguesa de 1732 até sua morte em 1753, Alexandre de Gusmão não deixou nenhuma grande obra. Coube a ele o papel de escrever a História Ultramarina, porém tal tarefa não conseguiu ser desempenhada de forma plausível. A esta incapacidade foi atribuída a falta de fontes que pudessem ser confiáveis, pois eram “*escassas as impressas e guardadas tantas vezes com ‘avareza’ as manuscritas*”¹². No entanto, existe uma tentativa de cumprir esta tarefa, ainda muito pouco conhecida dos estudiosos do período. Intitulada de *Resumo Histórico, Cronológico e Político do descobrimento da América*¹³, nesta obra Alexandre de Gusmão faz

uma descrição das terras, rios e dos índios que aqui moravam, localizando-os geograficamente do sul do Brasil até o Amazonas.

Em cada capitania que apresenta, comenta suas particularidades naturais, econômicas e populacionais. Na parte inicial do pequeno texto que contém 18 fólios, o autor narra sobre os primeiros anos de dominação portuguesa na América:

“Feitas estas expedições até o ano de 1516 mandou o governador e capitão general da América Portuguesa huma pouca de tropas e em outra gente para descobrirem as terras da outra parte do Rio da Prata e chegaram com efeitos as margens dele, onde hoje chamando-o Paraguai, e aqui tomaram mil índios da nação guarani e passaram até o Peru donde trouxeram algum ouro e metal prata.”¹⁴

Desta forma, segue o documento analisando cada capitania do Brasil. Este não é o único escrito histórico de Alexandre, que também escreveu sobre a genealogia¹⁵ do Império Português, defendendo a teoria de que não poderia haver pessoa alguma que tivesse sangue puro em Portugal, visto a relação estreita direta mantida por vários séculos entre seu reino e os mouros.

Mesmo Alexandre não tendo se destacado na Academia, sempre se mostrou como um grande amante das letras. Escrevendo cartas oficiais “bem como os múltiplos projetos e pareceres que teve de redigir” não deixou de armazenar e produzir correspondências pessoais, fez traduções e adaptações do teatro francês, assim como compôs poesias e reflexões sobre a moral. Uma de suas poesias mais conhecidas é um soneto destinado a seus dois filhos Viriato e Trajano:

“Isto não he vaidade, he desengano
Que dou ao vosso errado pensamento
Dei-vos e ser e dever documento
Para fugires da soberba ao dano

Esta vaidade com o mundo engano
Foi da fortuna errado movimento
Subi mas tive humilde nascimento
Assim foi Veriato assim o Trajano

Quando saberes ler o mundo a História
Dos dois heróis que tomo por impureza
Vereis a minha e mais a vossa gloria

Humilde quanto ao servo da natureza
Ilustres nas ações certa memória
He só quem pode dar-vos a grandeza.”

Alexandre de Gusmão¹⁵

Por esta demonstração de zelo e preocupação com seus filhos, Alexandre sofreu várias críticas por ter dado tais nomes a sua prole. Assim, Alexandre de Gusmão enquadra-se na definição de “historiador amador”, pois apesar de grande amante da escrita e da leitura, não pode se dedicar unicamente aos ideais propostos pela Academia. Sendo secretário particular D’El Rei D. João V, Alexandre de Gusmão antes de tudo foi um diplomata, que esteve ligado primeiramente em atender as necessidades do Estado Português.

¹ Cf. Claudine Haroche. A convivialidade face ao político: do Círculo de Conrat à Academia Francesa. In. Maria Stella Bresciani, Eni de Mesquita Sâmará, Ida Lewkowicz (orgs.). *Jogos da Política: Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo: Marco Zero – FAPESP, s/d. p. 125.

² Luís Chaves. *Subsídios para História da Gravura em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927. p. 24-25.

³ Lúcia Maria Bastos P. Neves, Guilherme Pereira das Neves. A Biblioteca Agostinho Gomes: A Permanência da Ilustração Luso-Brasileira entre Portugal e Brasil. 2º Colóquio do Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras. Rio de Janeiro, 2004.

⁴ Isabel Ferreira da Mota. A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Coimbra: Minerva, 2003. p. 197.

⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva faz um estudo sobre este aspecto em: Maria Beatriz Nizza da Silva. História da Leitura Luso-Brasileira: Balanço e Perspectivas. In: *Leitura, História e História da Leitura*. Márcia Abreu (org.). Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil: São Paulo Fapesp, 1999. _____. *Guia de História do Brasil Colonial*. Porto: Universidade Portucalense, 1992.

⁶ Iris Kantor. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 30.

⁷ Isabel Ferreira Mota. *Ibidem*. p. 342-343.

⁸ Ao nos referirmos a “*Historiadores Amadores*”, estamos nos referindo àqueles que se utilizavam da participação na Academia Real da História Portuguesa com o objetivo de tecerem redes sociais, a fim de se firmarem ainda mais no cenário político e social da época, estes membros produziam textos mas não tinham estes como objetivo principal de suas vidas.

⁹ Neste trabalho chamamos de “*Historiadores Profissionais*” aqueles membros da Academia Real da História Portuguesa que dedicaram suas vidas a escrita da História Eclesiástica, Militar e Civil de Portugal, fundamentos principais da existência desta instituição.

¹⁰ Vincenzo Ferrone; Daniel Roche. *Le monde des Lumières*. Paris, Seuil, 1992. p. 139-140.

¹¹ Manoel Telles da Silva. *História da Academia Real da História Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Joseph Antonio Sylva, 1727, s/p.

¹² Andrée Rocha. Alexandre de Gusmão: Cartas. [S.l.]: Imprensa Nacional, 1981. p. 25.

¹³ Alexandre de Gusmão. Resumo Histórico, Cronológico e Político do descobrimento da América. Manuscrito. 1751.

¹⁴ Alexandre de Gusmão. *Ibidem*. s/p.

¹⁵ Alexandre de Gusmão. 1695-1753. *De Alexandre de Gusmão a seus filhos*. S/l.; s/d.